

18 de julho de 2024

Saudação Inicial e Agradecimentos

Meus cordiais cumprimentos as **autoridades presentes**, aos organizadores deste evento, aos palestrantes e a todos os participantes que estão conosco presencialmente e também a todos os que nos acompanham pelas redes de transmissão. É uma grande satisfação participar deste evento, sob a hospitalidade do presidente Renato Martins Costa, para discutir temas tão relevantes e atuais. Este congresso é um desdobramento do Acordo de Cooperação Técnica 3/2021, celebrado entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Refletindo sobre minha trajetória de vida, sobre todo o percurso que fiz até aqui, sobre minhas andanças; sobre tudo que já vi e ouvi como homem público, sobre o tamanho e diversidade do nosso país; sobre a fome; sobre a desigualdade social, enfim, tudo isso me fez lembrar de Carlos Drummond de Andrade e do quanto todas essas situações cabem dentro do poema “E agora, José”. E com as devidas escusas pela liberdade poética, num evento eminentemente técnico como esse, cito alguns poucos versos que nos é muito familiar, e que me parece muito oportuno para o momento:

E agora, José?

A festa acabou,

A luz apagou,

O povo sumiu,

A noite esfriou,

E agora, José?

E agora, você?

Você que é sem nome,

Que zomba dos outros,

Você que faz versos,

Que ama, protesta?

E agora, José?

[...]

Está sem mulher,

Está sem discurso,

Está sem carinho,

Já não pode beber,

Já não pode fumar,

Cuspir já não pode,

A noite esfriou,

O dia não veio,

O bonde não veio,

Não veio a utopia

E tudo acabou

E tudo fugiu

E tudo mofou,

E agora José?

[...]

Sozinho no escuro

Qual bicho-do-mato,

Sem teogonia,

Sem parede nua

Para se encostar,
Sem cavalo preto
Que fuja a galope,
Você marcha, José!
José, para onde?

Certamente, não temos e talvez nunca teremos todas as respostas, mas carregamos a responsabilidade de encontrar soluções para os desafios que o regime previdenciário nos impõem, **por todos os “Josés” que cabem no poema**, das gerações presentes e futuras.

Para falar sobre previdência social, recorro às palavras do economista e estudioso **HELMUT SCHWARZER**, que descreve o tema como apaixonante e desafiador. Apaixonante porque a principal missão da previdência é gerar **proteção social**, utilizando como base a **solidariedade**. Ela se fundamenta em um **pacto social** e **político** entre **todas as gerações de uma sociedade**.

Para isso, os trabalhadores ativos, que geram a renda do país em determinado momento, compartilham com a geração de trabalhadores aposentados, bem como com as pessoas da mesma geração que estão fragilizadas (viúvas/viúvos, doentes, etc.), uma parcela dessa renda gerada.

A **previdência envolve todas as gerações vivas** e até mesmo **gerações que ainda não nasceram**, e que, **se tudo der certo**, serão, no futuro, fonte de solidariedade. Além disso, a **previdência também abrange a geração que já faleceu**, mas que ainda deixa direitos consolidados no sistema previdenciário por meio de pensões para seus dependentes.

Essas repercussões vão além da mera redistribuição entre ricos e pobres, homens e mulheres, jovens e idosos. Trata-se de uma **redistribuição intra** e **intergeracional** de renda de longo prazo, **envolvendo somas difíceis de imaginar** e com **enorme impacto econômico e social**.

O anuário estatístico da previdência social divulgado recentemente destaca a magnitude dos Regimes Próprios de Previdência Social no Brasil, com mais de dois mil regimes em âmbito municipal, além de sua presença em todos os estados, Distrito Federal e União. Em Rondônia, 28 dos 52 municípios tem seus próprios regimes. Estados como Pernambuco e Rio de Janeiro apresentam adesões ainda maiores. A União conta com um milhão e meio de segurados entre civis e militares, e os estados e municípios, com mais de 8 milhões de segurados. Esses números refletem inúmeras famílias e vidas protegidas, demonstrando a relevância dos RPPSs.

Apesar disso, segundo estimativas da Secretaria do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência, o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado, deve mais que dobrar até 2060 e quadruplicar até 20100, e esse descompasso se daria com a alta de gastos estimados para as próximas décadas¹.

E isso não é fruto do acaso, o cenário vem se desenhando:

- alteração na pirâmide etária brasileira;
- volatilidade dos mercados financeiros e os desafios da gestão de investimentos;
- equilíbrio das políticas de contribuição e benefícios;
- transparência e governança;
- reformas previdenciárias;
- evasão e informalidade;
- impactos econômicos e fiscais nas finanças públicas,
- e déficit atuarial.

Tudo isso e muito outros aspectos nos dão a dimensão da complexidade de um tema tão importante para todos nós... não só pelo que haveremos de projetar para a dignidade da condição humana da nossa geração, mas, sobretudo, pelo compromisso e responsabilidade de temos para com aqueles que virão depois de nós.

¹ Matéria Economia: Governo estima que rombo previdenciário deve dobrar até 2060; analistas veem necessidade de nova reforma no futuro. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2023/05/13/governo-estima-que-rombo-previdenciario-deve-dobrar-ate-2060-analistas-veem-necessidade-de-nova-reforma-no-futuro.ghtml>. Acesso em 16/07/2024

A preocupação não é atual, **desde a promulgação da Constituição República de 1988**, um princípio claro foi estabelecido: “nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total”. Este princípio é fundamental para garantir a sustentabilidade de nossos sistemas previdenciários. Infelizmente, essa regra nem sempre foi observada, resultado em graves desequilíbrios nas finanças públicas.

Para corrigir esses desequilíbrios, a Emenda Constitucional n. 20/1998, estabeleceu expressamente a exigência de observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS. Essas mudanças buscaram ajustar o sistema previdenciário, tentando equilibrar receitas e despesas. Contudo, ainda enfrentamos grandes desafios para cumprir plenamente essa exigência.

A **procuradora Elida Graziane Pinto**, uma voz respeitada tanto no meio acadêmico quanto como procuradora de contas, ressalta a importância do equilíbrio entre as gerações nas políticas públicas. **Investir em educação, saúde e segurança pública é vital, mas deve ser feito de maneira sustentável. Sem equilíbrio atuarial, a continuidade dessas políticas fica comprometida, dificultando a reposição de profissionais essenciais e afetando a qualidade dos serviços públicos.**

Aos Tribunais de Contas cabe uma tarefa complexa e essencial: garantir que essas políticas públicas sejam efetivamente custeadas. Atualmente **estados, Distrito Federal e municípios** dispõem de **quase R\$ 300 bilhões** investidos em diversos setores, mas os **cálculos atuariais** indicam que precisamos de ainda mais recursos para assegurar os benefícios futuros.

Apesar da magnitude dos desafios, **trago uma mensagem de esperança**. A superação é possível por meio de **ação cooperada e articulada**. O Estado de Rondônia nos oferece um exemplo inspirador. **Com a ajuda de uma ação de controle externo**, promovemos um **diagnóstico preciso** e um **consenso sobre os problemas**, resultando em mudanças estruturais no equacionamento do déficit atuarial. Isso permitiu aumentar nossas reservas e acumular um saldo de investimentos que, em junho de 2024, ultrapassou 5 bilhões de reais, que representa 1/3 do nosso atual déficit atuarial. Conseguimos uma

carteira de investimentos em títulos públicos que garantem retornos acima da meta atuarial, com baixo risco, demonstrando que é possível alcançar bons resultados.

A conscientização dos gestores é fundamental, e os Tribunais de Contas desempenham um papel singular nesse processo. A fiscalização exercida por esses Tribunais é essencial para garantir o cumprimento das disposições constitucionais. No entanto, é preciso repensar essa atuação, tornando-a mais dialogada e consensual. Nossa cultura jurídica, muitas vezes marcada por uma tradição punitiva, deve evoluir para um modelo mais colaborativo e construtivo.

A união entre os Tribunais de Contas e os gestores dos RPPS é indispensável. Somente por meio do trabalho conjunto alcançaremos nossos objetivos e garantiremos um futuro previdenciário mais estável para todos. A Atricon tem se dedicado a fortalecer os Tribunais de Contas, oferecendo suporte técnico e incentivando a adoção de metodologias de controle mais eficazes.

Recentemente, editamos a Nota Técnica 2/2024, um estudo detalhado sobre os cuidados necessários ao receber imóveis nos RPPS. Este documento, antes disponibilizado para consulta pública, recebeu valiosas contribuições de Tribunais de Contas, do mercado financeiro e da CVM.

Entendemos que o orçamento público já é um tema complexo e a Previdência Social adiciona camadas de dificuldade com suas particularidades financeiras e atuariais. No entanto, a Atricon tem sido proativa, colaborando estreitamente com diversas instituições para garantir a solidez e a transparência dos RPPS.

Fruto desse trabalho colaborativo é a nossa participação no Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social – CNRPPS, atualmente representada pelo Conselheiro do TCE-ES, Domingos Augusto Taufner. A Atricon também participa ativamente em outros conselhos e grupos de trabalho, sempre buscando aprimorar a fiscalização e a gestão dos RPPS.

Assim, **reafirmo nosso compromisso** com a **sustentabilidade**, a **eficiência dos Regimes Próprios de Previdência Social**, com a **excelência na gestão pública** e a busca incessante por soluções que **promovam o seu equilíbrio financeiro e atuarial**. Acredito firmemente que, juntos, **podemos superar** os desafios e **construir** um sistema previdenciário mais justo e sustentável para as futuras gerações.

Pudesse eu, endereçaria um poema de esperança sobre os **encantamentos da vida** e **sua dignidade na forma plena**, assim garantido por nosso sistema previdenciário, aos tantos “Josés” de hoje e de amanhã.

Encerro, desejando a todas e a todos um congresso proveitoso e rico em aprendizados. Que possamos sair daqui inspirados e preparados enfrentar os desafios que temos pela frente.

Muito obrigado.